

## A questão nacional em José Martí, Julio Antonio Mella e Fidel Castro

*Igor Marquezine<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este artigo percorre a questão nacional na história do pensamento político cubano do século XIX ao XX, analisando como fontes primárias textos e discursos de José Martí, Julio Antonio Mella e Fidel Castro. O objetivo é compreender como a ideia de nação atravessou a atuação política desses atores em seus contextos históricos imediatos, reconstruindo continuidades e descontinuidades entre eles. Conclui-se que a trajetória do pensamento cubano envolveu a reelaboração da questão nacional numa síntese político-ideológica com o socialismo: o castrismo.

**Palavras-chave:** José Martí. Julio Antonio Mella. Fidel Castro. Questão Nacional. História do Pensamento Político. Cuba.

## The national question in José Martí, Julio Antonio Mella and Fidel Castro

**Abstract:** This article covers the national question in the history of Cuban political thought from the 19th to the 20th century, analyzing texts and speeches by José Martí, Julio Antonio Mella and Fidel Castro as primary sources. The purpose is to understand how the idea of nation crossed the political action of these actors in their immediate historical contexts, reconstructing continuities and discontinuities between them. It is concluded that the trajectory of Cuban thought involved the re-elaboration of the national question in a political-ideological synthesis with Socialism: The Castrism.

**Keywords:** José Martí. Julio Antonio Mella. Fidel Castro. National Question. History of Political Thought. Cuba.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador no Laboratório de Pensamento Político (PEPOL-Unicamp).

## La cuestión nacional en José Martí, Julio Antonio Mella y Fidel Castro

**Resumen:** Este artículo examina la cuestión nacional en la historia del pensamiento político cubano del siglo XIX al XX, analizando como fuentes primarias textos y discursos de José Martí, Julio Antonio Mella y Fidel Castro. El objetivo es comprender cómo la idea de nación atravesó la acción política de estos actores en sus contextos históricos inmediatos, reconstruyendo continuidades y discontinuidades entre ellos. Se concluye que la trayectoria del pensamiento cubano implicó la reelaboración de la cuestión nacional en una síntesis político-ideológica con el socialismo: el castrismo.

**Palabras clave:** José Martí. Julio Antonio Mella. Fidel Castro. Cuestión Nacional. Historia del Pensamiento Político. Cuba.

### Introdução

O despertar da consciência nacional<sup>2</sup> cubana remonta à luta contra a colonização espanhola na segunda metade do século XIX e tem em José Martí um nome decisivo. Como bem notou o poeta

---

<sup>2</sup> Partindo das reflexões de Benedict Anderson (2008, pp. 26-34), consideramos a nação e o nacionalismo "produtos culturais específicos" criados no final do século XVIII e que ganham força no século XIX, tornando-se "capazes de serem transplantados" para as mais diversas formações sociais e serem incorporados a múltiplas formas de pensar a política. O que define a nação é seu caráter de "comunidade política imaginada", limitada, porém soberana. "Comunidade", pois, ela é concebida pelos seus membros como algo horizontal, uma "camaradagem" entre todos eles, a despeito das relações concretas de exploração e das desigualdades que a constituem. Imaginada, pois, ainda que os membros de uma nação possam jamais conhecer a maioria dos demais, ainda assim todos se consideram parte do mesmo todo. "Imaginada", aqui, não é no sentido de "falsa": os membros de uma nação via de regra possuem a "imagem viva da comunhão entre eles", o sentimento de pertencimento à nação lhes é comum e constitutivo de suas consciências. Limitada, pois a nação não se confunde com a humanidade. Ela possui limites e fronteiras, que até podem aumentar ou diminuir, mas jamais abarcam todo o conjunto dos seres humanos. Soberana, pois a nação surge em meio ao longo processo de crise do Antigo Regime e de emergência do Estado-nação soberano, a estrutura política em tese capaz de garantir a liberdade aspirada por toda nação.

e revolucionário *habanero*, à sombra do domínio espanhol somava-se o fantasma do imperialismo estadunidense, cujas pretensões já davam as caras. Para Martí, a guerra era a única forma de garantir a independência frente à Espanha e ao mesmo tempo frustrar os intentos estadunidenses de anexar a ilha. No entanto, os Estados Unidos intervieram na guerra pela emancipação de Cuba e lutaram contra a Espanha em território cubano. Os espanhóis, derrotados, tiveram que renunciar ao domínio de Cuba. A ilha permaneceu sob ocupação militar dos Estados Unidos, convertendo-se num protetorado em 1902. Foi ainda compelida a aprovar em sua Constituição de 1901 a Emenda Platt, que assegurava o direito estadunidense de intervir nos assuntos internos, arrendar partes do território cubano e instalar bases militares. O espectro assumia forma concreta com as ocupações militares e o controle quase total das exportações cubanas pelo vizinho do norte, numa clara ofensa à soberania do Estado recém-criado. Embora gerações de cubanos após Martí tenham resistido, entre eles o líder estudantil e fundador do Partido Comunista de Cuba Julio Antonio Mella na década de 1920, foi somente com a Revolução Cubana de 1959 que o imperialismo estadunidense foi esconjurado (não sem deixar marcas assombrosas, entre as quais talvez a mais aterrorizante seja o bloqueio econômico).

A Revolução Cubana transforma à sua maneira a questão nacional em Cuba. Sem jamais abandonar a referência a Martí, os revolucionários, Fidel Castro e companhia, reelaboram-na numa síntese com o marxismo. É sobre a trajetória da questão nacional no pensamento político cubano, de Martí a Fidel Castro, passando por Julio Antonio Mella, que trata este trabalho. Em todos eles, procuraremos compreender como esses autores, incontornáveis no pensamento político cubano, encararam a nação e o nacionalismo em seus contextos históricos imediatos.

## **José Martí, a independência e a nação**

A brevidade da vida de José Martí não o impediu de figurar entre os maiores nomes da América Latina de todos os tempos. Morto em 1895, aos quarenta e dois anos, e em combate contra o domínio espanhol sobre Cuba — àquela altura uma das últimas colônias espanholas na América junto a Porto Rico —, Martí desde muito novo se dedicou à luta independentista. Preso e posteriormente deportado para a Espanha ainda com menos de 20 anos por propaganda contra a colonização, atuou como jornalista, poeta, tradutor, ensaísta e foi fundador do Partido Revolucionário Cubano (RETAMAR, 2018, 17–50).

A independência de Cuba só viria em 1898, após três anos da morte de Martí, com interferência dos Estados Unidos. O vizinho do norte há muito expandia seus territórios e percebia Cuba como uma fronteira natural. A Doutrina Monroe, enunciada ainda em 1823, advertia às potências europeias que os Estados Unidos consideravam a América a sua zona de influência prioritária e que qualquer tentativa de recolonização seria combatida. Nesse bojo, a anexação de Cuba passava a integrar os debates da política interna estadunidense, não apenas porque a ilha está situada num ponto estratégico para defesa militar, mas também pela pressão do Sul escravista para que Cuba, também organizada em torno da escravidão, formasse mais um dos estados federativos e mudasse a correlação de forças dentro da União. Em Cuba, havia setores anexionistas, interessados na incorporação da ilha aos Estados Unidos, especialmente aqueles que lucravam com o controle estadunidense da comercialização do açúcar. Outros defendiam a autonomia de Cuba ainda dentro dos marcos de província ultramarina espanhola (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 46–69). Já os contrários a essas duas tendências defendiam a completa soberania de Cuba. Numa carta a Manuel Mercado, José Martí, um dia antes de ser morto em combate, expressava esta última posição:

A guerra de Cuba, realidade superior aos vagos e dispersos desejos dos cubanos e espanhóis anxionistas, que apenas obteriam um poder relativo numa aliança com o governo da Espanha, veio em boa hora na América, para evitar, ainda contra o franco emprego de todas essas forças, a anexação de Cuba aos Estados Unidos, que jamais aceitarão [a anexação] de um país em guerra, nem podem firmar o compromisso odioso e absurdo de abater por conta e armas próprias uma guerra de independência americana, pois a guerra não aceitará a anexação (MARTÍ, s.d. [1895], tradução nossa).

Para Martí, o caminho cubano era o da emancipação, tanto dos espanhóis, como dos estadunidenses. Somente a construção de um Estado cubano soberano poderia garantir a liberdade daquele povo diferente "não espanhol" e "não indígena", mas mestiço. Afinal, segundo o revolucionário, "novas nacionalidades requerem novas legislações" (MARTÍ, 2005, pp. 8-9). As elites *criollas* latino-americanas não teriam rompido definitivamente com o passado colonial, que sobrevivia na dificuldade de construir instituições políticas que fossem expressão das particularidades da América Latina, de seus povos e regiões. Era necessário interromper a cópia mecânica *criolla* das instituições europeias e estadunidenses, que reproduzia o erro de "reger povos originais, de composição singular e violenta, com leis herdadas de quatro séculos de prática livre nos Estados Unidos, de dezenove séculos de monarquia na França" (idem, p. 32). Deve-se partir da matéria local para criar novas formas de organização política e institucional e para desenvolver uma cultura renovada, própria de cada país. O Estado e a cultura devem expressar o espírito do país. As tiranias locais das repúblicas latino-americanas jamais desenvolveram a capacidade de conhecer o caráter verdadeiro dos povos latino-americanos e a partir disso construir um governo à sua altura. Perderam de vista, assim, que um "governante, num povo novo, quer dizer criador" (idem, p. 33).

Tais ideias martianas se relacionam a um interessante debate com outros nomes importantes da consciência subcontinental latino-americana. Segundo o filósofo mexicano Leopoldo Zea (1976), na primeira metade do século XIX surgiu uma corrente política liberal e romântica na América Latina, admiradora da Europa e da América do Norte e detratora da América Latina. Como doutrina filosófica, eram positivistas, supondo que a ciência traria as respostas para os elementos bárbaros da América: os ameríndios, os indígenas, os negros e os mestiços e a ordem política dominada por elites caudilhas, autoritárias e retrógradas. Um dos grandes expoentes desse "liberalismo romântico" foi Domingo Faustino Sarmiento. No clássico *Facundo, o Civilización y barbarie* (2018), o argentino constrói uma imagem da América baseada em diversos pares de oposição: não apenas civilização x barbárie, mas também sociedade x indivíduo, ordem x *caudillismo*, cidade x campo, iluminação do homem de letras x trevas do *gaucho* iletrado, Buenos Aires x interior da Argentina, e assim por diante. O ápice não era outro, senão Europa x América. O caminho do progresso no nosso subcontinente, portanto, estaria na educação e na transformação do povo latino-americano frente a valores sociais e morais europeus e norte-americanos (já que os Estados Unidos e o Canadá, em Sarmiento, são continuação do esplendor europeu no Novo Mundo). Era preciso criar cidades como Buenos Aires, isto é, com imigrantes europeus cultos, amantes das luzes e das leis "civilizadas" e liberais e copiar as instituições políticas mais "avançadas". Em paralelo, as elites *criollas* deveriam conduzir uma transformação à moda europeia do conjunto do povo latino-americano — por meio da imigração europeia, do branqueamento da população, da educação e/ou, como Sarmiento faria posteriormente, quando presidente da Argentina, pela aniquilação do indígena.

José Martí, por outro lado, dirá que "não há batalha entre civilização e barbárie, senão entre a falsa erudição e a natureza" (2005, p. 33). Para o cubano, pensar como Sarmiento é pensar como europeu. É tomar a *Nuestra América* como algo exótico e incivilizado. Nossas populações mestiças, negras e ameríndias não

são o problema, mas sim aquilo que a América Latina possui de mais importante para erigir instituições e um Estado soberano para garantir a liberdade, já que são a realidade local. Nesse sentido, a nacionalidade cubana é o que Cuba teria de mais importante no desenvolvimento de uma República independente para garantir a liberdade. Copiar o outro lado do Atlântico seria um erro, tanto quanto a anexação aos Estados Unidos ou a tentativa de conseguir autonomia como província da Espanha. O sentimento de comunidade cubana aparece em Martí com contornos idealistas:

A República [...] não será a predominância injusta de uma classe de cubanos sobre as demais, mas o equilíbrio aberto e sincero de todas as forças reais do país e do livre pensamento e desejo de todos os cubanos (MARTÍ, 1975 [1893], p. 255).

Na segunda metade do século XIX, as especificidades latino-americanas começaram a ser avaliadas positivamente entre intelectuais como José Enrique Rodó e José Martí. Uma nova geração idealista, que não rompia com o ideal de progresso, mas o associava à liberdade criativa do homem e ao nacionalismo cultural e filosófico. Esta ideia de nação pressupunha uma ruptura com o positivismo de matriz europeia. Mas isso não quer dizer que Martí recusasse inteiramente o legado estrangeiro: que "enxertem-se o mundo em nossas repúblicas; mas que o tronco seja o de nossas repúblicas" (MARTÍ, 2005, pp. 33-34). Martí não está entre aqueles que concebem a América Latina como uma excepcionalidade completa — posição que examinaremos adiante; o cubano, neste sentido, tem uma posição mais moderada.

Contudo, para semear uma América nova e nossa, era preciso compreender e lutar contra o "desdém do vizinho formidável" (idem, p. 38), isto é, dos Estados Unidos. Tanto mais para os países da América Central, cuja proximidade com a América do Norte tornou-os objeto de cobiça desde cedo. Ao escrever sobre sua participação na Conferência Internacional Americana, organizada em Washington a convite do governo estadunidense e que

contou com diversos países latino-americanos, José Martí denunciou as pretensões imperialistas dos Estados Unidos. A Conferência queria avançar na criação de uma união monetária internacional na América, sob hegemonia dos Estados Unidos. Martí alegou que "em todo convite entre povos há que se buscar suas razões ocultas", pois "nenhum povo faz nada contra seu interesse" e que era necessário examinar as seguintes questões: "podem os Estados Unidos convidar a Hispanoamérica a uma união sincera e útil para Hispanoamérica? Convém à Hispanoamérica a união política e econômica com os Estados Unidos?" (idem, p. 151-154). A resposta martiana era claramente negativa. A pujança econômica e a capacidade de controlar o comércio interamericano dos Estados Unidos, certamente significaria também um "influxo político" sobre os países latino-americanos. O suposto pan-americanismo da proposta de cooperação continental ofuscava a verdadeira pretensão imperial do vizinho do norte.

A questão nacional em José Martí, portanto, envolve a soberania completa de Cuba, tanto da colonização espanhola, como do imperialismo estadunidense. A República cubana só seria verdadeiramente capaz de garantir a liberdade do povo se conquistasse uma independência econômica e política total dos outros países. E se, e somente se, fosse expressão da realidade cubana mestiça e não um mero pastiche caribenho das instituições políticas europeias. Esse nacionalismo-democrático que caracteriza as ideias do poeta *habanero* terá um profundo impacto na história do pensamento político cubano, como veremos a seguir.

### **Julio Antonio Mella, a questão nacional e a revolução socialista**

Quando a crise do açúcar em Cuba nos anos 1920 e 1921 evidenciou a dramática dependência econômica da ilha com os Estados Unidos, na opinião pública cubana cresceu a ideia de que a independência obtida com a saída dos estadunidenses em 1902 tinha sido apenas formal. Jovens intelectuais, estudantes e veteranos da luta pela soberania denunciavam a corrupção das elites cubanas e o problema da intervenção do vizinho do

norte nos assuntos internos da ilha: surgiam grupos de oposição diversos, como os Minoristas e a Junta de Renovação Nacional, que se reuniram na Associação Nacional de Veteranos e Patriotas. Para Christine Hatzky (2003, p. 188), a Associação procurou construir um consenso a respeito do que seria uma nação cubana independente. Os mais radicais, especialmente os jovens Julio Antonio Mella e Rubén Martínez Villena, reivindicavam os ideais nacionalistas e anti-imperialistas de José Martí. Isto no contexto de chegada do movimento de Reforma Universitária, iniciado em 1918 em Córdoba, Argentina, e que aportava em Cuba no início da década de 1920, com destaque para a Universidade de Havana. Envolvido no movimento estudantil, Mella organizou o Primeiro Congresso Nacional Estudantil em outubro de 1923 e esteve envolvido na fundação da Universidade Popular José Martí e na *Declaração dos direitos e deveres do estudante*. Nessas iniciativas, defendia a necessidade de democratizar o acesso à educação, de aproximarem-se estudantes, intelectuais e trabalhadores, e de que a universidade conquistasse autonomia do governo.

O conteúdo das ideias de Mella era francamente anti-imperialista. No Primeiro Congresso, propôs resoluções que declaravam o Congresso "contrário a todos os imperialismos e especialmente contra a intromissão do imperialismo ianque em nossos assuntos internos", "contra a aplicação e existência da Emenda Platt" e "contrário à Doutrina Monroe e o pan-americanismo" (PRIMER CONGRESO, 1978, p. 206-207). Mas ao nacionalismo e anti-imperialismo de inspiração martiana, Mella começava a unir o socialismo, como fica claro em algumas de suas propostas: "o Congresso se declara contrário ao atual sistema econômico imperante em Cuba e contra o capitalismo universal", ao mesmo tempo em que cumprimentava a *Federación Obrera de La Habana* e clamava por uma "perfeita união entre estudantes e trabalhadores, mediante o intercâmbio de ideias e interesses, com a finalidade de preparar a transformação do atual sistema econômico, político e social, sobre a base da mais absoluta justiça" (idem, *ibidem*). Uma reforma universitária precisava ser apoiada por transformações sociais mais profundas; e vice-versa.

Esta proposta de aliança entre estudantes e trabalhadores possuía um caráter diferente de outras iniciativas da Reforma Universitária na América Latina. Ao compararmos a criação da universidade popular no Peru, sob inspiração de Víctor Raúl Haya de la Torre, com a experiência da Universidade Popular José Martí, vemos a defesa, nesta última e sob influência decisiva de Mella, da concepção de que o proletariado deve ocupar o lugar de vanguarda dos movimentos populares, em especial em relação ao movimento estudantil e a pequena burguesia. Retomemos este debate, pois ele possui importantes indicações sobre a maneira como Julio Antonio Mella concebe a questão nacional.

No Peru, Haya de La Torre elabora em sua trajetória política e intelectual as linhas teóricas da *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA). No interior do movimento de Reforma Universitária peruano, do qual era um dos principais líderes, defendia a ideia de que a pequena burguesia deveria liderar o conjunto das classes sociais peruanas na mobilização reformista. Há um certo elitismo<sup>3</sup> no pensamento aprista, que confere à juventude da pequena burguesia a "iluminação" e a capacidade política necessárias para conduzir a insurreição nacional e popular das demais classes — a burguesia incluída. Há também concepções fortemente anti-imperialistas no aprismo, uma desconfiança com as pretensões expansionistas estadunidenses e a defesa de uma unidade latino-americana frente ao vizinho do norte (cf. HAYA DE LA TORRE, 2010). O ideário americanista e elitista dos apristas ecoa, por vezes, o célebre ensaio *Ariel*, de José Enrique Rodó, em sua crença na capacidade de uma nova geração aristocrática, educada no espírito da mais alta moralidade, da democracia e da arte, de governar o destino da América Latina, frente às baixas

---

<sup>3</sup> Para Portantiero (1978, p. 81–83), o elitismo de Haya de la Torre decorre de ecos da filosofia de Ortega y Gasset e de sua "teoria das gerações", que em linhas gerais afirmava que as novas gerações são o elemento fundamental de mudança na História. Tal pensamento influenciará difusamente os movimentos de Reforma Universitária na América Latina e terá um impacto especial em Haya de La Torre.

paixões utilitárias e materialistas dos Estados Unidos (cf. RODÓ, 1976). Mas, com uma diferença importante, notada por José Miguel Oviedo (1991, pp. 50–63): em Haya de La Torre, há uma tentativa de compreensão e diagnóstico mais profunda dos problemas sociais da América Latina, diferente do idealismo de *Ariel* de Rodó, que não concebe a América Latina a partir das suas características sociológicas, políticas e econômicas concretas, mas oferece-a numa construção moral e estética que esconde suas contradições sociais.

Os ideais apurados pressupunham que a Indoamérica (como Haya de La Torre se referia à América Latina), sua história, cultura e estrutura social, eram inteiramente *sui generis*, isto é, seriam constituídas por uma singularidade tão acentuada que o marxismo, surgido na Europa, pouco teria capacidade de apreender. Daí a necessidade de formular uma teoria autóctone, capaz de ultrapassar as limitações do marxismo e de compreender a especificidade do subcontinente. Estas ideias se contrapunham ao eurocentrismo que caracterizava as correntes marxista-leninistas latino-americanas, que transplantavam mecanicamente os modelos socioeconômicos que explicam a História da Europa. Estes comunistas tradicionais supunham que a realidade agrária da América Latina era feudal, a burguesia latino-americana seria revolucionária e progressista, o campesinato hostil ao socialismo, e assim por diante, tal como no velho mundo. Este marxismo ortodoxo, inspirado na ideia de revolução por etapas e nos escritos de Josef Stalin, foi parte importante do pensamento comunista no subcontinente na primeira metade do século XX (cf. LÖWY, 1999, p. 9-66). Contudo, vale ressaltar que Julio Antonio Mella, ainda que fundador do Partido Comunista de Cuba, não partilhava do dogmatismo dessa corrente ortodoxa, tanto mais pela maneira como encarava a libertação nacional e a recusa em considerar a burguesia cubana como adversária da dominação imperialista:

Em sua luta contra o imperialismo — o ladrão estrangeiro — as burguesias — os ladrões nacionais — se unem ao proletariado, boa carne de canhão. Mas acabam por compreender que é melhor fazer

aliança com o imperialismo, que ao fim e ao cabo perseguem um interesse semelhante. De progressistas se convertem em reacionários. Traem as concessões que faziam ao proletariado para tê-lo ao seu lado, quando este, em sua evolução, se converte num perigo tanto para o ladrão estrangeiro, como para o nacional (MELLA, 1975, p. 24, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, para Mella, os Estados Unidos, em suas pretensões imperialistas, "não desejam tomar os territórios de América Latina e exterminar toda a propriedade das classes dominantes, sim alugá-las em seu serviço e mesmo melhorá-las para que forneçam a exploração de que eles necessitam" e que as "burguesias nacionais sejam acionistas menores das grandes companhias" (idem, *ibidem*). Uma frente ampla com as burguesias nacionais, como queriam os apristas? Somente sob hegemonia do proletariado. E somente se esta burguesia se provasse democrática e revolucionária e se a independência do movimento operário fosse salvaguardada (MELLA, 1975, p. 22). No caso da política cubana, Mella defende que os comunistas "sem se fundirem com o Partido Nacionalista, guardando a independência do movimento proletário, o apoiariam [o Partido Nacionalista] em uma luta revolucionária pela emancipação nacional" (idem, p. 23).<sup>4</sup> A aliança tática com o Partido Nacionalista se daria em função da luta cubana de libertação nacional, mas Mella estava inteiramente consciente dos limites de uma libertação nacional que se realizasse apenas neste âmbito:

---

<sup>4</sup> É interessante observar essa posição de Mella na década de 1920, já que na década seguinte, após a morte de Mella, o Partido Socialista Popular (PSP) (nome assumido pelo antigo Partido Comunista de Cuba fundado por Mella), comporá o início do governo de Fulgêncio Batista entre 1943 e 1944 e em 1953 se colocará contra a guerrilha revolucionária e nacionalista liderada por Fidel Castro, aderindo à luta armada contra Batista somente no ano de 1958. O PSP durante todo esse período partilhou da concepção etapista da evolução econômica latino-americana, de inspiração ortodoxa e staliniana (LÖWY, 1999, p. 32–39).

Manter a independência do movimento trabalhador, seu caráter de classe nos partidos comunistas, para dar a "batalha final", a luta definitiva para a destruição do imperialismo, que não é somente a luta pequeno burguesa nacional, senão a proletária internacional, já que apenas vencendo a causa do imperialismo — o capitalismo — poderão existir nações verdadeiramente livres (idem, p. 68).

A libertação nacional verdadeira, portanto, só poderia ser obtida pela revolução proletária internacional e pela abolição do capitalismo em nível mundial. A questão nacional cubana tinha um entrave que é a própria contradição capital-trabalho: internamente, esta contradição implicava na necessidade de manter o proletariado autônomo frente à burguesia na luta pela autonomia da nação. Externamente, implicava na necessidade de romper em nível global com o modo de produção capitalista, pois ele cria condições para o surgimento de nações imperialistas que impõem (ou constroem com a anuência das burguesias nacionais) a dominação sobre as demais nações. A concepção internacionalista da questão nacional em Mella é um reflexo do seu internacionalismo comunista. Esta característica o diferencia de outros marxistas ortodoxos latino-americanos da época.

### **Fidel Castro e a síntese nacionalismo e socialismo na Revolução Cubana**

A Revolução Cubana foi um grande terremoto na América Latina. No início da luta armada, os revolucionários, mais que o socialismo, tinham como inspiração o jacobinismo, o nacionalismo e o anti-imperialismo da tradição cubana e martiana. O golpe de Estado liderado por Fulgêncio Batista em março de 1952 sepultou as ilusões das lideranças cubanas que competiram pelos votos na época da frágil democracia cubana (1944–1952). O jovem advogado e candidato a deputado Fidel Castro, frustrado com a anulação das eleições marcadas para junho de 1952, passa a liderar a guerrilha, a principal alternativa de resistência ao ditador. Planeja, junto com

seu irmão Raúl, o assalto aos quartéis de Moncada e Bayamo na data de 26 de Julho de 1953. Foram derrotados e presos e na cadeia Fidel redige sua defesa — texto que ficaria conhecido como *A história me absolverá* (CASTRO, 2007). Nele, Castro ultrapassa largamente os limites de uma autodefesa jurídica, construindo um programa de transformações sociais, econômicas e políticas anti-imperialista e nacionalista-democrático. Após cumprirem pena e serem exilados no México, Fidel e Raúl retomam a organização política e recrutam um grupo, do qual fazia parte Ernesto "Che" Guevara, para retomar a luta armada em Cuba. Foram surpreendidos pelas forças de Batista quando aportavam na ilha, sendo quase dizimados. Os poucos sobreviventes sobem a *Sierra Maestra* e fomentam a guerrilha junto ao campesinato. Na mesma época, surge a luta armada urbana com o Diretório Revolucionário 13 de Março, promovendo assaltos e greves. Em julho de 1958 as forças contra Batista formam uma aliança e pouco depois o Partido Socialista Popular (PSP), o antigo Partido Comunista da ilha, finalmente aderiu à luta armada. Até então, condenavam a guerrilha como voluntarismo e aventura pequeno-burguesa (DÍAZ, 1999, p. 258). Os guerrilheiros marcham para Havana e tomam o poder entre 31 de dezembro de 1958 e 1 de janeiro de 1959, data em que Fulgêncio Batista foge de Cuba (AYERBE, 2004, p. 26–39; MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 167–172).

Embora o início do processo revolucionário tivesse inspiração nacionalista, democrática e anti-imperialista, nos primeiros anos após a tomada do poder ocorre uma absorção do marxismo pelos intelectuais e atores políticos, sem o abandono da já tradicional questão nacional cubana. Examinemos, primeiro, a nação no pensamento de Fidel Castro durante a guerrilha; depois, a questão nacional e o marxismo em Fidel.

Ao ser preso e interrogado sobre a empreitada do dia 26 de Julho, Fidel respondeu que o autor intelectual do movimento era José Martí (RETAMAR, 2018, p. 17). Encarcerado, Castro constrói uma imagem sociopolítica e econômica da sociedade cubana e um plano de transformações radicais de cunho nacionalista, no texto tornado famoso por sua última frase "*A história me absolverá*" (CASTRO, 2007). Nele, há diversas menções a Martí como o

apóstolo da independência e da nacionalidade cubana. Há também momentos de liberalismo radical, com a mobilização das ideias de John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Thomas Paine, da Declaração de Independência dos Estados Unidos e da Declaração dos Direitos do Homem da Revolução Francesa — todas com o intuito de defender o direito e a legitimidade da resistência à tirania de Batista (idem, p. 85-86). Isso em meio a uma acusação a Batista e ao poder judiciário cubano de traição à pátria e de um feito "monstruoso ante os olhos da nação e dos princípios da verdadeira justiça": ora, se os cubanos aprendem desde cedo a sentirem orgulho da pátria, dos símbolos nacionais, do papel dos grandes mártires cubanos como Martí, e da luta contra a tirania espanhola, não estariam Batista e os juízes agindo contra a nação ao perseguir aqueles que combatem pela soberania e liberdade cubanas?

Para Castro, era preciso avançar numa reforma educacional e nacionalizar indústrias do ramo elétrico e telefônico (idem, p. 37) e implementar cinco leis revolucionárias: (i) restabelecer a Constituição de 1940; (ii) a reforma agrária; (iii) o direito dos trabalhadores das empresas industriais, mercantis e mineradoras receberem 30% dos lucros obtidos por elas; (iv) o direito dos trabalhadores da indústria açucareira a 55% dos benefícios gerados; (v) o confisco dos bens dos corruptos e daqueles que fraudaram o poder público. Tais medidas teriam o objetivo de sanar os problemas vividos pelo povo cubano, como a pobreza, a fome, o desemprego e a saúde precária. Essas reformas seriam dadas dentro dos marcos da Constituição cubana de 1940, que deveria ser restabelecida e levada à cabo em sua integridade, garantindo os interesses da maioria do povo cubano contra as oligarquias nacionais e o regime político de Batista. Isto é, não se trata de socialismo.

Ao retomar a luta armada, Fidel dará continuidade ao tom nacionalista das reivindicações presentes em *A história me absolverá*, como podemos ver no *Manifiesto de la Sierra Maestra* (CASTRO et al, s.d [1957]) e no *Manifiesto del Movimiento 26 de Julio al Pueblo* (CASTRO, s.d [1957]). Mesmo após o triunfo da Revolução em 1959 o socialismo será afastado:

Então, porque quando dizemos que nossa Revolução não é comunista, porque quando provamos que nossos ideais se afastam da doutrina comunista, que a Revolução Cubana não é nem capitalista nem comunista e que é uma revolução própria (exclamações de "cubanismo, cubanismo!"), que tem uma ideologia própria, inteiramente própria, que tem raízes cubanas, que é inteiramente cubana e inteiramente americana, porque então esse empenho em acusar a nossa Revolução do que não é? (CASTRO, [s.d.] [1959])

A determinação do governo revolucionário de levar a cabo as profundas reformas nacionalistas, nacionalizando fábricas e promovendo a reforma agrária, irá contrariar os interesses da oligarquia nacional e do capital estadunidense empregado na ilha. Washington reagirá com medidas econômicas, diplomáticas, políticas e militares para asfixiar Havana. Em meio a essas dificuldades e a conseqüente aproximação da União Soviética, a revolução nacional-democrática cubana experimenta uma transição ao socialismo: sua intelectualidade, inspirada "por uma ideologia jacobina e pelas ideias de José Martí, passou para o campo do proletariado e tornou-se marxista em uma 'metamorfose ideológica' coletiva verdadeiramente sem precedentes" (LÖWY, 1999, p. 44). Em 16 de abril de 1961, Fidel Castro proclama em Havana o caráter socialista da Revolução e reforça a necessidade de os cubanos defenderem a nação contra o imperialismo estadunidense:

O que os imperialistas não podem perdoar é a dignidade, a integridade, o valor, a firmeza ideológica, o espírito de sacrifício e o espírito revolucionário do povo de Cuba. Isso é que não podem nos perdoar: que estejamos aqui, na frente do seu nariz e que tenhamos feito uma revolução socialista no próprio nariz dos Estados Unidos! [...] Companheiros operários e camponeses, esta é a revolução socialista e democrática dos humildes, com os humildes e para os humildes.

[...] juram defender até a última gota de sangue esta revolução dos humildes, pelos humildes e para os humildes? (CASTRO, 1999 [1961], pp. 263-264)

A assimilação do marxismo pela Revolução ocorre junto à afirmação da questão nacional. Poucos meses após a declaração da natureza socialista da Revolução Cubana, num discurso em que recupera as memórias de Martí e de Mella como exemplo de revolucionários cubanos, Fidel declara que:

nosso país tinha de optar entre duas políticas: a política do capitalismo, a política do imperialismo, ou a política anti-imperialista, a política do socialismo [...]. Nós escolhemos o único caminho honrado, o único caminho leal que podíamos seguir com a nossa pátria, e de acordo com a tradição dos nossos *mambises*, de acordo com a tradição de todos os que lutaram pelo bem de nosso país, esse é o caminho que seguimos: o caminho da luta anti-imperialista, o caminho da revolução socialista. [...] a revolução anti-imperialista e socialista tinha de ser só uma, uma verdadeira revolução, porque existe apenas uma revolução. Essa é a grande verdade dialética da humanidade: o imperialismo, e diante do imperialismo, o socialismo. [...] Por isso comecei dizendo com toda franqueza que acreditávamos no marxismo, que acreditávamos que é a teoria mais correta, mais científica, a única teoria verdadeira, a única teoria revolucionária verdadeira. [...] sou marxista-leninista e serei marxista-leninista até o último dia de minha vida. (CASTRO, 1999 [1961]b, pp. 270-274)

A passagem remete a um dos eixos fundamentais da interpretação castrista do marxismo: a escolha política contemporânea é entre imperialismo e socialismo. O único caminho que continuava a linha dos *mambises* (os cubanos que lutaram contra a dominação espanhola) era o da revolução socialista. Haveria uma continuidade de Martí ao socialismo. Não que Martí fosse

marxista e o próprio Fidel o reconhece (idem, p. 271); mas um prosseguimento, expresso também pela recuperação por Castro da fala de Martí sobre Karl Marx: "já que ele [Marx] se colocou do lado dos pobres, merece meu respeito" (ibidem). Também há em Castro, como em Mella, a necessidade da escolha entre a submissão ao imperialismo ou a luta pelo socialismo, expressa na ideia de uma única revolução anti-imperialista e socialista.

O nacionalismo, portanto, tornou-se um elemento central do socialismo para Castro e para o Movimento 26 de Julho. Um socialismo que não subordina a questão nacional e nem vice-versa: são complementares, uma síntese, uma resposta latino-americana e marxista ao dilema excepcionalismo x eurocentrismo. Não foi por acaso que movimentos guerrilheiros inspirados pelo castrismo, surgidos na América Latina após a Revolução Cubana, foram oriundos de dissidências de partidos apristas (como o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* no Peru) ou de partidos comunistas (como as *Fuerzas Armadas de Liberación Nacional* na Venezuela); tampouco, que a primeira revolução socialista latino-americana tenha sido inspirada por intelectuais "alheios ao molde ideológico do comunismo stalinista, com sua concepção evolucionista do processo histórico e a sua interpretação economicista do marxismo" (LÖWY, 1999, pp. 45-47).

### Considerações finais

Percorremos a questão nacional na tradição do pensamento político cubano, de José Martí, passando por Julio Antonio Mella e chegando a Fidel Castro. Em todos eles há uma marca comum de desconfiança frente às pretensões imperialistas dos Estados Unidos e à ameaça que o vizinho do norte representa à liberdade do povo cubano. O nacionalismo de José Martí abrangia toda a sociedade cubana, sem questionar as relações concretas de exploração entre as diferentes classes sociais da ilha. Martí não era socialista. Mas isso jamais o impediu de ser reivindicado pelos socialistas cubanos posteriores, como Mella e Castro. O "apóstolo" da independência inspirou gerações ao lançar as bases para uma rejeição da sujeição

econômica e política do país e defender a importância de "pensar com cabeça própria", a partir dos referenciais distintivos da maneira cubana de ser, sentir e existir, para resolver os problemas cubanos e construir uma República capaz de libertar o povo, promover a justiça social e questionar a miséria vivida pela maioria dos cubanos.

Estas ideias martianas estarão presentes em Julio Antonio Mella, quando o jovem líder estudantil e comunista defendeu a necessidade de combinar a questão nacional cubana com a luta contra as relações sociais concretas do conflito capital x trabalho na ilha. Daí a necessidade de que a libertação nacional fosse conquistada, afinal de contas, com a primazia e a liderança do proletariado cubano, que deveria liderar as demais classes, exercendo o papel de vanguarda na luta pelas transformações políticas e sociais radicais contra o oportunismo da burguesia nacional. Mella estava consciente do limite estrutural da luta de libertação meramente nacional: o desenvolvimento internacional do capitalismo gera burguesias e nações imperialistas. Seria preciso avançar na superação em nível mundial do modo de produção capitalista para que a libertação nacional evoluísse em plena potencialidade. Do contrário, qualquer experiência de emancipação nacional seria sempre colocada em xeque pelo imperialismo.

O socialismo e o nacionalismo de Fidel Castro se referem constantemente a José Martí e por vezes a Julio Antonio Mella. A determinação de levar a cabo as reformas jacobinas anti-imperialistas e anticapitalistas, ao se confrontar com interesses das oligarquias cubanas e do capital estadunidense, inaugurou a passagem para o socialismo na revolução. A questão nacional se torna aí um elemento fundamental do socialismo castrista. Ela o complementa, pois para Castro a escolha fundamental que o povo cubano tinha de fazer era entre o imperialismo e o socialismo, a sujeição da nação ou o socialismo.

A questão nacional enquanto problema fundamental da tradição do pensamento político cubano é um elemento incontornável para compreender a longevidade da Revolução Cubana. Mesmo após três décadas da queda da União Soviética, principal

parceiro comercial da ilha revolucionária, e da desintegração do bloco socialista, Cuba persiste resistindo a toda sorte de dificuldades econômicas, políticas e diplomáticas. Explicar essa permanência apenas pela chave do autoritarismo de Estado, como por vezes se tenta, não está à altura da realidade cubana, nem da complexidade das lutas de libertação nacional mais do que centenárias daquele povo.

## Referências

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AYERBE, L. F. **A revolução cubana**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BANDEIRA, L. A. **De Martí a Fidel**: A Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CASTRO, F. **La Historia me absolverá**. Havana: Instituto Cubano del Libro/Editorial de Ciências Sociais, 2007.

CASTRO, F. Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz, primer ministro del gobierno revolucionario, en la concentración celebrada a su llegada del extranjero, en la Plaza Cívica, el 8 de mayo de 1959. **Site do Governo Cubano**, [s.d.] [1959]. Disponível em: <http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1959/esp/f080559e.html>. Acesso em: 09 fev. 2023.

CASTRO, F. Revolução socialista e democrática em Cuba. in: LÖWY, M (org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999 [1961], p. 263-264.

CASTRO, F. De Martí a Marx. In: LÖWY, M (org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999 [1961]b, p. 265-274.

CASTRO, F. Manifiesto del Movimiento 26 de Julio al Pueblo. **Fidelcastro.cu.**, s.d [1957]. Disponível em: <http://www.fidelcastro.cu/es/documentos/manifiesto-del-movimiento-26-de-julio-al-pueblo>. Acesso em: 09 fev. 2023.

CASTRO, F. et al. Manifiesto de la Sierra Maestra. **Wikipedia.** s.d. [1957]. Disponível em: [https://es.wikipedia.org/wiki/Manifiesto\\_de\\_Sierra\\_Maestra](https://es.wikipedia.org/wiki/Manifiesto_de_Sierra_Maestra). Acesso em: 09 fev. 2023.

DÍAZ, A. O Partido Socialista Popular e a revolução em Cuba. In: LÖWY, M. (org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 255-262.

HATZKY, C. "Nosotros vamos por otro camino: somos revolucionarios..." Julio Antonio Mella, el movimiento estudiantil cubano y los anti-imperialistas de los años veinte. **Revista Iberoamericana**, Madrid, ano 3, n. 12, pp. 187-193, dez. 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41674080>. Acesso em: 09 fev. 2023.

HAYA DE LA TORRE, V. R. **El antiimperialismo y el APRA**. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2010.

LÖWY, M. "Introdução. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina". In: LÖWY, M. (org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 9-66.

MARTÍ, J. Carta de José a Manuel Mercado. **Granma.cu**, s.d, [1895]. Disponível em: <https://www.granma.cu/granmad/secciones/26-julio-2011/de-jose-marti/articulo-14.html>. Acesso em: 09 fev. 2023.

MARTÍ, J. **Nuestra América**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2005, 3. ed.

MARTÍ, J.. ¡Vengo a darte patria! Puerto Rico y Cuba. In: MARTÍ, J.. **Obras completas**, tomo 2. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975 [1893], p. 254–61.

MELLA, J. A. **¿Que es el ARPA?**. Lima: Editorial Educación, 1975.

OVIEDO, J. M. **Breve historia del ensayo hispanoamericano**. Madrid: Alianza Editorial, S. A., 1991.

PORTANTIERO, J. C. "El puro universitário es una cosa monstruosa". In: PORTANTIERO, J. C. (org.) **Estudiantes y política en América Latina**. El proceso de la reforma universitaria (1919–1938). Cidade do México: Siglo Vintiuno Editores S/A, 1978, p. 76–88.

PRIMER CONGRESO Nacional de Estudiantes. in: PORTANTIERO, J. C. (org.). **Estudiantes y política en América Latina**. El proceso de la reforma universitaria (1919-1938). Cidade do México: Siglo Vintiuno Editores S/A, 1978, p. 204–208.

RETAMAR, R. F. **Introducción a José Martí**. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2018. Tomo I.

RODÓ, J. E. **Ariel**. Motivos de Proteo. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 1976. SARMIENTO, D. F. **Facundo, o Civilización y barbárie**. Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 2018.

ZEA, L. **El pensamiento latinoamericano**. Barcelona: Editorial Ariel, 1976.